

O dilema das organizações do campo

Plínio Sampaio

01-Set-2008 - Correio da Cidadania

Quem examinar atentamente as desapropriações que o INCRA tem feito nos últimos meses, verificará que todos os prédios desapropriados apresentam as mesmas características: são imóveis baratos; de baixo custo por família; que podem ser desapropriados com a anuência do agronegócio vizinho.

Ilude-se quem pensar que se trata de coincidência. Seu ministro da reforma agrária recebeu ordem para selecionar unicamente imóveis que satisfaçam esses três requisitos. Sem comprovação do cumprimento deles, não sai a famosa "canetada" - aquela tantas vezes prometida - que resolveria o problema de uma vez por todas.

Os movimentos do campo relutam em aceitar que o governo Lula tenha mudado definitivamente de lado. Como são aliados históricos do presidente, preferem poupá-lo e assestar as baterias unicamente no agronegócio. Sem dúvida, esse é mesmo o grande inimigo, mas ele não teria força para paralisar a reforma agrária se esta não fosse a determinação do presidente.

Os vários atos de protesto contra o agronegócio bateram na muralha do indiferentismo da massa rural e da população urbana - fato que a mídia utilizou amplamente a fim de indispor o povo contra a reforma agrária. Isto parece indicar que a tática não está correta.

A luta da reforma agrária não se desenvolve e nem é decidida exclusivamente no campo. Boa parte dos avanços obtidos em tempos passados foi o resultado de pressão de opinião pública exercida por setores urbanos, entusiasmados com a combatividade desses movimentos.

É certo que os tempos mudaram e que o estado de espírito da massa não é mais a conquista de direitos e, sim, a preservação dos já conquistados, o que favorece Lula naquilo em que ele é um mestre: a arte de utilizar a apatia da população para neutralizar focos de oposição real à sua política. Ele não discute com os opositores e também não os reprime. Deixa a repressão para os órgãos de repressão do Estado burguês porque sabe que eles não precisam de ordens específicas para operar. Ele simplesmente coopta os recalcitrantes potenciais, oferecendo-lhes compensações que terminam por amarrá-los.

Na conjuntura política atual, diante de uma opinião pública anestesiada, dificilmente um gesto explícito de rompimento com o governo teria repercussão, parecendo, portanto, que esta não seria a melhor tática para os movimentos populares do campo.

Com efeito, há, em toda disputa, situações em que as condições objetivas exigem a ambigüidade e a contemporização. Nesses casos elas constituem táticas eficazes. Mas a eficácia desse tipo de tática é sempre de tempo limitado. Se a ambigüidade e contemporização permanecem indefinidamente, debilitam-se os princípios que orientam a ação dos militantes e termina-se por abalar sua auto-estima.